Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. Pelo presente fica INTIMADO os executados LIGORIO TRANSPORTES LTDA e WATNA MICHAEL MENESES BICALHO, atualmente em lugar incerto e não sabido, para efetuar o pagamento da quantia de R$ 13.055,95 (treze mil, cinquenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), calculada até 31/05/2026, no prazo de 15 (quinze) dias, ficando CIENTIFICADO de que o não pagamento no prazo estipulado implicará incidência de multa e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor e, ainda, penhora de bens e protesto do título judicial. Fica ainda INTIMADO, por fim, de que transcorrido o prazo para pagamento, inicia-se, independentemente de penhora ou nova intimação, o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de impugnação, conforme autos da AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA nº 50064065720218130525, que lhe move AUTOPISTA FERNAO DIAS S.A. perante este Juízo, sito no Fórum desta cidade, à Av. Dr. Carlos Blanco, nº 245, bairro Santa Rita, em Pouso Alegre/MG. Dado e passado aos 29/10/2026. Eu, João Pedro Vasconcelos dos Santos, estagiário do juízo, que o digitei. Bel. DAMIÃO ALEXANDRE TAVARES OLIVEIRA, Juiz de Direito.

PRATÁPOLIS

Processos Eletrônicos (PJe)

COMARCA DE PRATÁPOLIS-MG - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PÁLIO DA JUSTIÇA GRATUITA - PRAZO: 60 dias - O Dr. Angelo de Almeida, MMº. Juiz de Direito da Comarca de Pratápolis, Estado de Minas Gerais, em pleno exercício do cargo e na forma da Lei, etc... FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramita os autos nº 5000208-16.2026.8.13.0529 que a Justiça Pública move contra ANGELA MOTA DOS SANTOS e OUTRO, brasileira, natural de Passos/MG, nascido aos 26/09/1998, filha de Milene Mota dos Santos, que residia na Rua: Braziel Ferreira Amorim , nº 514, bairro Jardim Pinheiros, em Itaú de Minas/MG. E, constando dos autos estar a ré em lugar incerto e não sabido, é o presente para intimá-la da sentença que a condenou pela prática do delito previsto no artigo 33,§ 4º da Lei nº: 11.343/06 , a pena de 01 (um) ano, 08 (oito) meses de reclusão e ao pagamento de 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, cada um em 1/30 do salário-mínimo vigente a época do pagamento, em regime aberto. Substituição da pena privativa de liberdade, por duas restritiva de direitos, que consistirão em prestação pecuniária, que fixo em 01 salário mínimo vigente na data do pagamento e prestação de serviços á comunidade, pelo tempo concretizado na sentença, abatido lapso temporal por ventura cumprido, devendo a condenada permanecer aos sábados, domingos ou feriados pelo período de 07 (sete) horas seguidas ou alternadas, em entidade assistencial desta Comarca ou de sua residência, a fim de que ali cumpra as tarefas que lhe sejam atribuídas individualmente pela diretora do estabelecimento, atendidas as suas aptidões pessoais (§ § 1º , 2º e 3º do art 46 do CP). Deixo de atribuir a prestação de serviços diariamente para não prejudicar eventual jornada de trabalho da condenada. O marco inicial do cumprimento da prestação de serviços será o 1º sábado após o trânsito em julgado e a aceitação da condenada. Condeno a Sentenciada ao pagamento das custas e demais despesas processuais, nos termos do art. 804 do Código de Processo Penal, por se tratar de efeito da condenação. Para conhecimento de todos, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado como de praxe, começando a correr o prazo de intimação a partir do primeiro dia útil da publicação deste no Diário Judicial Eletrônico do TJMG e mais cinco dias para a apelação, após o término daquele. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Pratápolis, aos 29 de outubro de 2026. Eu (Lucydy Ellen Moura Martins Marques), Escrivã Judicial, o subscrevi. Angelo de Almeida, Juíz de Direito .

PRESIDENTE OLEGÁRIO

Processos Eletrônicos (PJe)

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRESIDENTE OLEGÁRIO FÓRUM DEIRO EUNÁPIO BORGES Praça da Bandeira, n.º 10, Centro, Presidente Olegário/MG, CEP 38.750-000 Tel.: (34) 3811-1236, e-mail: pee1secretaria@tjmg.jus.br EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será levado a LEILÃO, o bem penhorado, na seguinte forma: PRIMEIRO LEILÃO: dia 14/12/2026, com encerramento às 13:00 horas. Os lances poderão ser ofertados desde a disponibilização do lote no site do Leiloeiro Oficial até o horário de encerramento, a quem mais der, desde que por valor igual ou superior a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor da avaliação. Não havendo lances válidos, o leilão permanecerá aberto para o SEGUNDO LEILÃO: dia 14/12/2026, com encerramento às 14:00 horas, a quem mais der, desde que por valor igual ou superior a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor da avaliação, observado o disposto no artigo 891, parágrafo único, do CPC/2015, exceto nos casos onde há meação (quando determinado pelo Juiz) ou copropriedade. REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA. No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital. LOCAL: Através do site www.giordanoleiloes.com.br PROCESSO: Autos n.º 50000467920218130534 de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, em que é Requerente TERRENA AGRONEGÓCIOS LTDA. (CNPJ: 18.104.802/0001-07) e Requeridos LASARO JOSÉ SEVERINO (CPF: 029.588.116-03) e RUTE MARIA PEREIRA SEVERINO (CPF: 034.337.326-20). DESCRIÇÃO DO BEM: Fração ideal de 50% (cinquenta por cento) de um imóvel rural situado no lugar denominado Fazenda Salitre (Prata dos Netos), Município e Comarca de Presidente Olegário/MG, composto de uma sorte de terras dividida em duas glebas anexas, formando um só bloco com a área total de 127,1125 hectares, sendo 37,11,25 hectares de cultura e 90,00,00 hectares de campos, e todas as suas benfeitorias, constantes de casa de morada, curral, paiol, arames e barracão, confrontando com Olímpio Antônio Pereira, Osvaldo Jacinto de Souza e João Mendonça Pinheiro. Obs.: Terras de difícil acesso, com topografia irregular, parte mecanizável, sem formação e servidas de água. Cadastrado no INCRA sob o n.º 404.098.001.051. Imóvel matriculado sob o n.º 6.010 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Olegário/MG. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRESIDENTE OLEGÁRIO FÓRUM DEIRO EUNÁPIO BORGES Praça da Bandeira, n.º 10, Centro, Presidente Olegário/MG, CEP 38.750-000 Tel.: (34) 3811-1236, e-mail: pee1secretaria@tjmg.jus.br (RE)AVALIAÇÃO (FRAÇÃO IDEAL 50%): R$ 508.450,00 (quinhentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais), em 26 de abril de 2022, atualizado para R$ 611.534,59 (seiscentos e onze mil, quinhentos e trinta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), em 20 de outubro de 2026, com base nos índices da Tabela da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais. LANCE MÍNIMO NO 1º LEILÃO: R$ 397.497,48 (trezentos e noventa e sete mil, quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta e oito centavos). LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R$ 397.497,48 (trezentos e noventa e sete mil, quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta e oito centavos). *No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada pelo índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão. VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: R$ 130.665,60 (cento e trinta mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos), em 27 de novembro de 2024. LOCALIZAÇÃO DO BEM: Fazenda Salitre, Prata dos Netos, Presidente Olegário/MG. ÔNUS: Hipotecas em favor do Banco do Brasil S/A; Penhor cedular; Penhora de 50% do imóvel nos autos n.º 5000022-85.2020.8.13.0534, em trâmite na Vara Única da Comarca de Presidente Olegário/MG. Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária. Ações n.º 5000046-79.2021.8.13.0534 e n.º 5000564-06.2020.8.13.0534 movidas pelo Banco do Brasil (não averbados na matrícula imobiliária). O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o CRI local, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o CRI. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o imóvel, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do imóvel, devem ser informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o processo, para que oficie as Varas e o CRI para as devidas baixas. O modelo de petição poderá ser obtida junto a equipe do Leiloeiro. BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRESIDENTE OLEGÁRIO FÓRUM DEIRO EUNÁPIO BORGES Praça da Bandeira, n.º 10, Centro, Presidente Olegário/MG, CEP 38.750-000 Tel.: (34) 3811-1236, e-mail: pee1secretaria@tjmg.jus.br arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973). Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloaria e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o Leiloeiro Oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo. Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste

profissional quanto a demora na posse ou transferência do bem arrematado, divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação. HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil). MEAÇÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições. IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRESIDENTE OLEGÁRIO FÓRUM DEIRO EUNÁPIO BORGES Praça da Bandeira, n.º 10, Centro, Presidente Olegário/MG, CEP 38.750-000 Tel.: (34) 3811-1236, e-mail: pee1secretaria@tjmg.jus.br DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior. Assim, para que QUEM TIVER DIREITO (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.giordanoleiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência. Respeitadas as regras do DIREITO DE PREFERÊNCIA, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao TERCEIRO, se desejar, no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados, exercer o direito de preferência, ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada. LEILOEIRO: O Leilão estará a cargo do Leiloeiro Oficial ora nomeado, GIORDANO BRUNO COAN AMADOR, JUCEMG sob n.º 1219/2021, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais www.leiloesjudiciais.com.br. COMISSÃO DO LEILOEIRO: Havendo arrematação, a comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser custeada pelo arrematante, assim como de 5% (cinco por cento) do valor da proposta para aquisição em parcelas, devida pelo proponente. Em caso de extinção do processo, por adjudicação tardia, por remição ou por transação entre as partes, será devida a remuneração do Leiloeiro no equivalente a 2% (dois por cento) do valor de avaliação do bem. Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º, § 3º da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça, a ser arcado pelo executado remidor. Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto-Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo. Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRESIDENTE OLEGÁRIO FÓRUM DEIRO EUNÁPIO BORGES Praça da Bandeira, n.º 10, Centro, Presidente Olegário/MG, CEP 38.750-000 Tel.: (34) 3811-1236, e-mail: pee1secretaria@tjmg.jus.br e demais medidas judiciais previstas em Lei. COMO PARTICIPAR DO LEILÃO: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site www.giordanoleiloes.com.br, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site do Leiloeiro Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro. Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior. Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrecidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação. Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito. Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pelo Leiloeiro Oficial para o ajuste de proposta, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando esta não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRESIDENTE OLEGÁRIO FÓRUM DEIRO EUNÁPIO BORGES Praça da Bandeira, n.º 10, Centro, Presidente Olegário/MG, CEP 38.750-000 Tel.: (34) 3811-1236, e-mail: pee1secretaria@tjmg.jus.br Licitante. O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios. PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista, no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015). ARREMATAÇÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro. PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA: O pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições: I - O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses; II - As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R$ 1.000,00 cada; III - Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais; IV - Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação. Observação: O valor mínimo da avaliação do bem para que o parcelamento seja autorizado, deverá ser de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRESIDENTE OLEGÁRIO FÓRUM DEIRO EUNÁPIO BORGES Praça da Bandeira, n.º 10, Centro, Presidente Olegário/MG, CEP 38.750-000 Tel.: (34) 3811-1236, e-mail: pee1secretaria@tjmg.jus.br ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA: No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos. Sobre direito de preferência - lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado de forma parcelada, o que não interfere na continuidade da disputa. VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017. VISITAÇÃO: É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inserilo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem. DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através do Telefone: 0800

500 9947 e do e-mail contato@giordanoleiloes.com.br. PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.giordanoleiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015. ARREMATAÇÃO: Assinado o auto, pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRESIDENTE OLEGÁRIO FÓRUM DEIRO EUNÁPIO BORGES Praça da Bandeira, n.º 10, Centro, Presidente Olegário/MG, CEP 38.750-000 Tel.: (34) 3811-1236, e-mail: pee1secretaria@tjmg.jus.br julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração. OBSERVAÇÕES GERAIS: O Leiloeiro Público Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ. INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os Executados LASARO JOSÉ SEVERINO e RUTE MARIA PEREIRA SEVERINO, e seus respectivos cônjuges se casados forem; E na qualidade de Credor Hipotecário BANCO DO BRASIL S.A, na pessoa de seu Representante Legal, bem como os eventuais: terceiros interessados, depositários, coproprietários, proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca. Presidente Olegário/MG, 23 de outubro de 2026. JOSÉ HUMBERTO DA SILVEIRA Juiz de Direito JUIZ DE DIREITO

?

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRESIDENTE OLEGÁRIO FÓRUM DEIRO EUNÁPIO BORGES Praça da Bandeira, n.º 10, Centro, Presidente Olegário/MG, CEP 38.750-000 Tel.: (34) 3811-1236, e-mail: pee1secretaria@tjmg.jus.br EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será levado a LEILÃO, o bem penhorado, na seguinte forma: PRIMEIRO LEILÃO: dia 14/12/2026, com encerramento às 13:00 horas. Os lances poderão ser ofertados desde a disponibilização do lote no site do Leiloeiro Oficial até o horário de encerramento, a quem mais der, desde que por valor igual ou superior a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor da avaliação. Não havendo lances válidos, o leilão permanecerá aberto para o SEGUNDO LEILÃO: dia 14/12/2026, com encerramento às 14:00 horas, a quem mais der, desde que por valor igual ou superior a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor da avaliação, observado o disposto no artigo 891, parágrafo único, do CPC/2015, exceto nos casos onde há meação (quando determinado pelo Juiz) ou copropriedade. REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA. No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital. LOCAL: Através do site www.giordanoleiloes.com.br PROCESSO: Autos n.º 50000228520208130534 de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, em que é Requerente TERRENA AGRONEGOCIOS LTDA e Requeridos LASARO JOSÉ SEVERINO (CPF: 029.588.116-03) e RUTE MARIA PEREIRA SEVERINO (CPF: 034.337.326-20). DESCRIÇÃO DO BEM: Fração ideal de 50% (cinquenta por cento) de um imóvel rural situado no lugar denominado Fazenda Salitre (Prata dos Netos), Município e Comarca de Presidente Olegário/MG, composto de uma sorte de terras dividida em duas glebas anexas, formando um só bloco com a área total de 127,1125 hectares, sendo 37,11,25 hectares de cultura e 90,00,00 hectares de campos, e todas as suas benfeitorias, constantes de casa de morada, curral, paiol, arames e barracão, confrontando com Olímpio Antônio Pereira, Osvaldo Jacinto de Souza e João Mendonça Pinheiro. Obs.: Terras de difícil acesso, com topografia irregular, parte mecanizável, sem formação e servidas de água. Cadastrado no INCRA sob o n.º 404.098.001.051. Imóvel matriculado sob o n.º 6.010 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Olegário/MG. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRESIDENTE OLEGÁRIO FÓRUM DEIRO EUNÁPIO BORGES Praça da Bandeira, n.º 10, Centro, Presidente Olegário/MG, CEP 38.750-000 Tel.: (34) 3811-1236, e-mail: pee1secretaria@tjmg.jus.br (RE)AVALIAÇÃO (FRAÇÃO IDEAL 50%): R$ 508.450,00 (quinhentos e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais), em 26 de abril de 2022, atualizado para R$ 611.534,59 (seiscentos e onze mil, quinhentos e trinta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), em 20 de outubro de 2026, com base nos índices da Tabela da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais. LANCE MÍNIMO NO 1º LEILÃO: R$ 397.497,48 (trezentos e noventa e sete mil, quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta e oito centavos). LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R$ 397.497,48 (trezentos e noventa e sete mil, quatrocentos e noventa e sete reais e quarenta e oito centavos). *No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada pelo índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão. VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: R$ 130.665,60 (cento e trinta mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos), em 27 de novembro de 2024. LOCALIZAÇÃO DO BEM: Fazenda Salitre, Prata dos Netos, Presidente Olegário/MG. ÔNUS: Hipotecas em favor do Banco do Brasil S/A; Penhor cedular; Penhora de 50% do imóvel nos autos n.º 5000022-85.2020.8.13.0534, em trâmite na Vara Única da Comarca de Presidente Olegário/MG. Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária. Ações n.º 5000046-79.2021.8.13.0534 e n.º 5000564-06.2020.8.13.0534 movidas pelo Banco do Brasil (não averbados na matrícula imobiliária). O arrematante declara estar ciente de que, além de possíveis ônus perante o CRI local, poderá haver outras restrições judiciais originárias de outras Varas, que poderão causar morosidade na transferência do bem perante o CRI. Fica desde já ciente o arrematante que é responsável pela verificação de todos e quaisquer ônus que recaiam sobre o imóvel, pois poderá ocorrer novas inclusões após a confecção do edital de leilão e sua realização. Os impedimentos para registro do imóvel, devem ser informados via petição ao Exmo. Juiz que preside o processo, para que oficie as Varas e o CRI para as devidas baixas. O modelo de petição poderá ser obtida junto a equipe do Leiloeiro. BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRESIDENTE OLEGÁRIO FÓRUM DEIRO EUNÁPIO BORGES Praça da Bandeira, n.º 10, Centro, Presidente Olegário/MG, CEP 38.750-000 Tel.: (34) 3811-1236, e-mail: pee1secretaria@tjmg.jus.br arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973). Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloaria e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o Leiloeiro Oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo. Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste profissional quanto a demora na posse ou transferência do bem arrematado, divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação. HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil). MEAÇÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições. IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE MINAS GERAIS JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRESIDENTE OLEGÁRIO FÓRUM DEIRO EUNÁPIO BORGES Praça da Bandeira, n.º 10, Centro, Presidente Olegário/MG, CEP 38.750-000 Tel.: (34) 3811-1236, e-mail: